

**Contra a precariedade**

**8<sup>a</sup>**

CONFERÊNCIA NACIONAL

**INTERJOVEM**

21 OUT. 2016  
LISBOA



**exigimos estabilidade!**  
+ Sindicalização + Organização + Luta

**DOCUMENTO DE APOIO**

Gabinete de Estudos  
CGTP-IN

## **Política de empobrecimento e exploração acentuou a diminuição da população jovem e fez baixar a taxa de actividade**

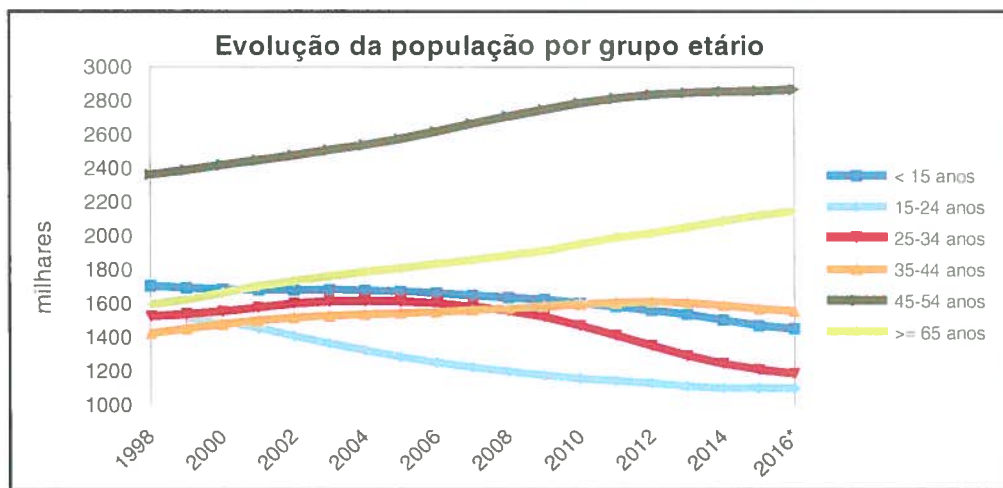
No 1º semestre de 2016 havia 2 milhões e 289 mil jovens em Portugal com idade entre os 15 e os 34 anos, correspondendo a 22% da população total. O número de jovens entre os 25 e os 34 anos era ligeiramente superior ao dos menores de 25 anos<sup>1</sup>.

A tendência é de queda da população jovem desde pelo menos o final da década de 90<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, a população total aumentou<sup>3</sup> devido ao crescimento da população com 35 e mais anos, pelo que o peso dos jovens dos 15 aos 34 anos no total também diminuiu (era 30% em 1998).

Há várias causas a apontar. Desde logo a queda da natalidade que desde os anos 80 tem levado a menos nascimentos. Essa tendência é visível na diminuição do número de crianças (menores de 15 anos) e de jovens entre os 15 e os 24 anos (que neste momento são pouco mais de 1 milhão e 100 mil, quando eram 1 milhão e 540 mil em 1998).

Nos anos mais recentes tem também que se ter em conta o efeito das políticas de empobrecimento e exploração quer na diminuição da natalidade, quer na saída de muitos portugueses para fora do país em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Esse efeito é sobretudo visível na queda assinalável do número de jovens dos 25 aos 34 anos - o grupo etário mais atingido pela emigração - que entre 2011 e o 1º semestre de 2016 se reduziu em 224,9 milhares (uma queda de 15,9%). Embora a trajetória de diminuição deste grupo etário se tenha iniciado em 2005, também por efeito da emigração, ela acentuou-se a partir de 2010 com a aplicação de várias medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores e do povo no âmbito do PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento). A emigração também se fez sentir entre os jovens com menos de 25 anos, o segundo grupo mais afectado como se verá a seguir, mas a tendência de diminuição já vinha de trás, como se referiu.



Fonte: INE, Estatísticas do Emprego. Quebra de série em 2011. 2016\*: média dois primeiros trimestres.

1 A escolha destes intervalos prende-se com a disponibilidade dos dados estatísticos.

2 Para este estudo só se utilizaram os dados desde 1998, ano em que se inicia a série do Inquérito ao Emprego 1998-2010. O estudo centra-se no período 2011-2015 com o objectivo de analisar o período mais recente tendo em atenção a intervenção da Troika/Governo PSD-CDS, mas na análise da população jovem considerou-se adequado ter em conta um período mais longo de modo a apreender tendências de fundo.

3 Quando analisado o período 1998/2015, já que entre 2011 e 2015 diminuiu, como se verá.

Entre 2011 e 2015 emigraram mais de 586 mil portugueses, entre os quais cerca de 300 mil jovens entre os 15 e os 34 anos, segundo estimativa da CGTP-IN. Além do impacto destas saídas na diminuição da população total neste período, o nosso sistema produtivo perdeu mais de meio milhão de trabalhadores que poderiam dar um grande contributo ao desenvolvimento da economia e à superação dos bloqueios estruturais com que o país se debate. Isso é tanto mais significativo quando se sabe que mais de ¼ dos que emigraram em 2014 tinham completado o ensino superior e entre 16% a 19% o ensino secundário<sup>4</sup>.

Uma estimativa recente<sup>5</sup> indica que, em 2015, 11% dos diplomados com o ensino superior com idade entre os 30 e 34 anos estavam emigrados, o que correspondia a mais de 26 mil jovens.

O quadro seguinte mostra o número de emigrantes por grupo etário e o peso de cada uma das faixas etárias no total. O grupo com maior peso entre os emigrantes mais recentes é o dos 25 aos 34 anos (27% em termos médios no período 2011-2014), seguindo-se os jovens entre os 15 e os 24 anos (23%) e o grupo dos 35 aos 44 anos (cerca de 21%).

**Emigração total por grupo etário, Portugal, 2011-2015**

	2011	2012	2013	2014	2015	Total 2011-2015	2011	2012	2013	2014	Média 2011-2014
	N.º						%				
Total	100 978	121 418	128 108	134 624	101 203	586 331	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14 anos	12521	4043	5667	6197	nd	nd	12,4	3,3	4,4	4,6	6,2
15-24 anos	20626	32978	27317	31879	nd	nd	20,4	27,2	21,3	23,7	23,1
25-34 anos	23177	34350	33764	42192	nd	nd	23,0	28,3	26,4	31,3	27,2
<b>15-34 anos</b>	<b>43803</b>	<b>67328</b>	<b>61081</b>	<b>74071</b>	<b>51411</b>	<b>297694</b>	<b>43,4</b>	<b>55,5</b>	<b>47,7</b>	<b>55,0</b>	<b>50,8</b>
35-44 anos	20186	24075	29765	27585	nd	nd	20,0	19,8	23,2	20,5	20,9
45-64 anos	19605	22540	27358	24121	nd	nd	19,4	18,6	21,4	17,9	19,3

Fonte: INE. Inclui emigração permanente e temporária. 2015: o número de emigrantes dos 15 aos 34 anos é uma estimativa da CGTP-IN com base na média do peso dos jovens desse grupo etário na emigração total entre 2011 e 2014.

A queda da população total fez-se sentir na diminuição da população activa, particularmente entre os jovens, tendo o seu número diminuído em 293,3 milhares entre 2011 e o 1º semestre de 2016 (-17%), mas não foi o único factor. A dificuldade em encontrar emprego ou em obter um que não fosse precário e mal pago, fez com que a taxa de actividade também diminuísse neste período. Esse efeito foi sobretudo visível no grupo dos 15 aos 24 anos, com a taxa de actividade a cair 5,5 pontos percentuais, mas também afectou o grupo dos 25 aos 34 anos cuja queda foi de 1,1 ponto percentual, como se pode ver no quadro abaixo.

Este quadro mostra qual a condição da população jovem perante o trabalho. Verifica-se uma clara distinção entre os jovens até aos 25 anos e os da faixa dos 25 aos 34 anos, tendo os segundos uma taxa de actividade muito superior – 89,5% no 1º semestre de 2016.

4 Consoante se considere a emigração temporária ou permanente. Os dados mais recentes por nível habilitação e idade são de 2014.

5 Da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Já os jovens menores de 25 anos são na sua maioria inactivos, e dentro deste grupo são sobretudo estudantes ou estão em formação, não obstante o aumento verificado nos últimos anos do número de jovens que não trabalham, não estudam ou estão em formação, o que também é consequência das políticas já referidas. De facto, o aumento do desemprego, da precariedade e dos baixos salários, a par do encarecimento da educação, da degradação da escola pública e do sentimento de que não vale a pena estudar, fez aumentar o número dos que não trabalham e/ou não estudam.

Estes dados mostram também que mais de ¾ dos jovens entre os 25 e os 34 anos trabalham, encontrando-se, ainda assim, uma percentagem elevada no desemprego<sup>6</sup>. No caso dos menores de 25 anos a proporção é de menos de ¼..

### População total segundo a condição perante o trabalho

	Dos 15 aos 24 anos				Dos 25 aos 34 anos			
	milhares		%		milhares		%	
	2011	2016*	2011	2016*	2011	2016*	2011	2016*
<b>População total</b>	1 144,6	1 100,7	100,0	100,0	1 413,0	1 188,2	100,0	100,0
População activa	436,7	360,4	38,2	32,7	1 280,6	1 063,7	90,6	89,5
População empregada	304,6	255,9	26,6	23,2	1 100,2	921,3	77,9	77,5
População desempregada	132,1	104,5	11,5	9,5	180,4	142,4	12,8	12,0
População inactiva	707,9	740,3	61,8	67,3	132,3	124,5	9,4	10,5

Fonte: Estatísticas do Emprego INE. 2016\*: média dos dois primeiros trimestres.

### Milhares de postos de trabalho destruídos sobretudo entre os mais jovens

A política de empobrecimento levada a cabo pelo Governo do PSD/CDS, acentuando políticas de governos anteriores que já vinham destruindo o aparelho produtivo e o emprego, tiveram como resultado uma diminuição de postos de trabalho sem precedentes no nosso país. Entre 2011 e 2013 foram destruídos mais de 310 mil empregos, 222 mil dos quais ocupados por jovens entre os 15 e os 34 anos (71% do total).

A partir de 2014, com o fim da aplicação do designado Programa de Ajustamento Económico e Financeiro/Memorando da Troica – um verdadeiro programa de agressão -, bem como por efeito de decisões do Tribunal Constitucional que repuseram alguns direitos abusivamente retirados pelo governo anterior desrespeitando a Constituição da República, houve algum alívio na situação económica e o emprego começou a recuperar, continuando 2015 e 2016 a ser anos de recuperação, embora a um ritmo cada vez menor. Assim, em 2014 o emprego aumentou em 70 milhares em relação ao ano anterior, mas em 2015 apenas 49 milhares e em 2016 somente 29 milhares<sup>7</sup>.

Não obstante o crescimento do emprego dos últimos anos, o saldo é claramente negativo quando comparamos com o ano de 2011. No 1º semestre de 2016 havia ainda 182,2 mil empregos a menos que em

6 Não se trata da taxa de desemprego (relação entre o desemprego e a população activa), que será tratada mais à frente, mas sim da repartição da população total segundo a condição perante o trabalho.

7 Comparação entre a média dos dois primeiros trimestres de 2015 e 2016.

2011 (ou seja, menos 3,8%), e no caso dos jovens o saldo é ainda mais negativo: menos 227,6 mil empregos, ou seja, uma quebra de mais de 16% face ao nível de 2011.

Acresce que no caso dos jovens dos 25 aos 34 anos, o crescimento do emprego verificou-se apenas em 2014 e foi somente de 0,4%. Os menores de 25 anos têm apresentado sempre crescimentos desde 2014 assim como os trabalhadores entre os 35 e os 64 anos. Estes dados confirmam o grande impacto da emigração sobre os jovens menores de 35 anos e indicam que em 2016 eles continuam a sair do país.

Chegamos assim a 2016 com menos de 1 milhão e 200 jovens a trabalhar, quando em 2011 o número era superior a 1 milhão e 400 mil, uma redução do peso de 29,6% no total do emprego para 25,8%.

#### População empregada por grupo etário

	2011	2012	2013	2014	2015	2016*	2016*-2011	
	Milhares de indivíduos						%	milhares
<b>População empregada</b>	4 740,1	4 546,9	4 429,4	4 499,5	4 548,7	4 557,9	- 3,8	-182,2
Dos 15 aos 24 anos	304,6	260,2	241,1	246,5	251,5	255,9	- 16,0	-48,7
Dos 25 aos 34 anos	1 100,2	1 002,0	941,7	945,1	942,0	921,3	- 16,3	-178,9
<b>15-34 anos</b>	<b>1 404,8</b>	<b>1 262,2</b>	<b>1 182,8</b>	<b>1 191,6</b>	<b>1 193,5</b>	<b>1 177,2</b>	<b>- 16,2</b>	<b>- 227,6</b>
Dos 35 aos 44 anos	1 300,2	1 265,8	1 240,3	1 284,1	1 295,9	1 303,1	0,2	2,9
Dos 45 aos 64 anos	1 748,2	1 727,9	1 734,9	1 778,8	1 819,7	1 853,5	6,0	105,3
Com 65 e mais anos	286,9	291,0	271,4	245,0	239,6	224,1	- 21,9	-62,9

Fonte: Estatísticas do Emprego, INE. 2016\*: média dos dois primeiros trimestres.

#### **Salários baixos e a perder poder de compra**

Os salários dos jovens são, em média, baixos e estão abaixo do valor médio pago considerando o conjunto das idades. Assim, em 2014, variavam entre os 608 euros entre os 18 e os 24 anos e os 830 euros entre os 30 e os 34 anos, ou seja, entre os 66,8% e os 91,2% do total.

A existência deste diferencial por si só não prova que existe discriminação em função da idade, uma vez que os trabalhadores mais velhos têm carreiras mais longas, tendo muitos beneficiado de melhores condições salariais (e outras) conquistadas na contratação colectiva, estão menos sujeitos à precariedade do emprego, ocupam postos de trabalho em actividades em que há menor precariedade e, portanto, têm salários mais elevados como se viu atrás.

No entanto, não obstante estes factores, quando se analisa um período mais longo constata-se que a posição relativa dos jovens face à média se tem vindo a deteriorar ao longo dos anos, isto apesar de terem, em média, níveis de habilitações mais elevados que os restantes trabalhadores.

Esta variação negativa observou-se entre os jovens dos 25 aos 34 anos, tendo o subgrupo 18-24 anos mantido a sua posição relativa. De facto, em 2002 os jovens trabalhadores entre os 30 e os 34 anos tinham uma remuneração média mensal base 2% acima da média do conjunto das idades, o que compara com 91,2% em 2014. Já o subgrupo dos 25 aos 29 anos auferia em 2002 um salário médio base de 91% face à média e em 2014 já tinha baixado para 80%.

Comparando com o ano de 2010, ano anterior à governação do PSD/CDS e à ingerência da Troica, constata-se que, apesar de ter havido um crescimento dos salários de 1,1% em termos nominais para o conjunto dos trabalhadores, entre os jovens só no subgrupo dos 18 aos 24 anos houve crescimento nominal.

Todavia, tendo em conta a inflação ocorrida neste período, verificou-se uma perda de poder de compra de 5,1% para o conjunto das idades, mas que entre os jovens dos 25 aos 34 anos foi ainda superior (entre -8% e -10,4% consoante o subgrupo considerado). Os menores de 25 anos também viram o poder aquisitivo dos salários diminuir mas menos que a média. A esta perda real acresceu o enorme aumento de impostos executado pelo Governo PSD/CDS, não calculado neste quadro<sup>8</sup>.

Observa-se ainda que em qualquer dos subgrupos analisados as jovens trabalhadoras têm sempre salários mais baixos que os seus companheiros de trabalho homens. Isto sucede também nas restantes camadas etárias, sendo que a aproximação dos salários entre homens e mulheres tem sido lenta. Contudo, é de realçar que é nas camadas mais jovens que o diferencial é menor.

#### Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem, 2014

		Euros	Percentagem face à média das idades	Variação nominal face a 2010 (Euros)	Variação real face a 2010 (Euros)	Variação real face a 2010 (%)
<b>Total</b>	<b>T</b>	<b>909</b>	<b>100,0</b>	<b>9,45</b>	<b>-49,14</b>	<b>-5,1</b>
	H	985	100,0	7,47	-56,17	-5,4
	M	820	100,0	18,44	-33,75	-4,0
<b>18-24 anos</b>	<b>T</b>	<b>608</b>	<b>66,8</b>	<b>15,83</b>	<b>-22,70</b>	<b>-3,6</b>
	H	629	63,9	22,48	-17,01	-2,6
	M	579	70,6	6,47	-30,83	-5,1
<b>25-29 anos</b>	<b>T</b>	<b>726</b>	<b>79,9</b>	<b>-14,72</b>	<b>-62,96</b>	<b>-8,0</b>
	H	749	76,1	-10,92	-60,39	-7,5
	M	701	85,5	-18,91	-65,79	-8,6
<b>30-34 anos</b>	<b>T</b>	<b>830</b>	<b>91,2</b>	<b>-39,88</b>	<b>-96,49</b>	<b>-10,4</b>
	H	857	87,0	-53,35	-112,61	-11,6
	M	800	97,5	-22,75	-76,28	-8,7

Fonte: Quadros de Pessoal, MTSSS

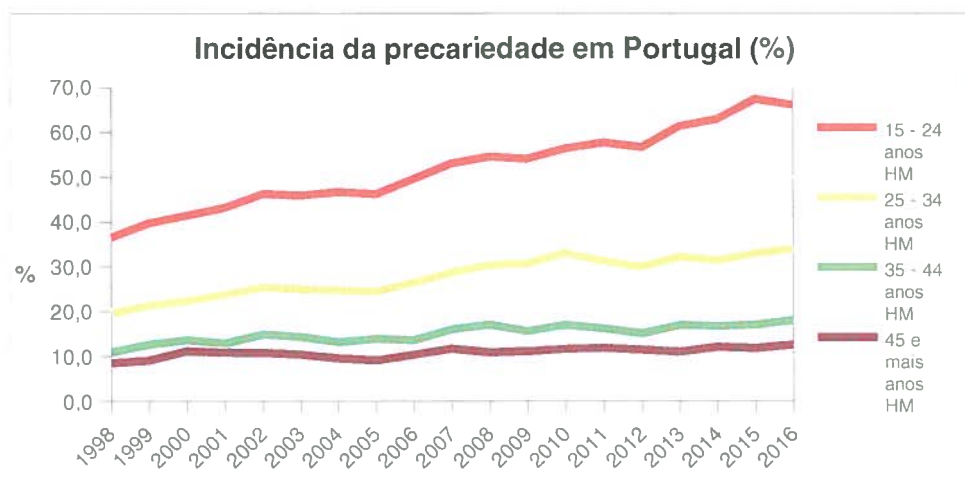
#### ***Precariedade atinge em particular os jovens e está a aumentar***

A precariedade do emprego atinge níveis muito elevados em Portugal e tem aumentado nos últimos anos. No 2º trimestre de 2016 existiam 855 mil trabalhadores com contratos não permanentes no nosso país, correspondendo a 22,6% do total dos trabalhadores por conta de outrem. Na realidade serão muitos mais, uma vez que as estatísticas oficiais não conseguem detectar o problema em toda a sua extensão<sup>9</sup>.

8 Os dados disponíveis correspondem aos salários brutos, ou seja, antes de descontados impostos e contribuições para a segurança social.

9 Cruzando os dados do INE com outras fontes oficiais - Quadros de Pessoal e estatísticas sobre o emprego na Administração Pública, da DGAEP – os números são mais elevados: cerca de um milhão de trabalhadores com vínculos precários em 2014, ou seja, 26,9% do total de trabalhadores por conta de outrem. E não têm em conta a maior parte do falso trabalho independente. No

Entre os jovens a situação é ainda mais grave: os dados do INE indicam que 66% dos menores de 25 anos e 34% no grupo dos 25 aos 34 anos tinham contratos não permanentes no 2º trimestre de 2016 e é nestas faixas etárias que mais tem aumentado a incidência ao longo dos anos, como se vê no gráfico seguinte.



Fonte: Estatísticas do Emprego, INE. 2011: quebra de série. 2016: 2º trimestre

Houve um crescimento da precariedade nos últimos anos, designadamente a partir de 2013. Apesar de um decréscimo dos vínculos precários em alguns dos anos em que houve destruição de emprego (nomeadamente em 2009 e 2012), os contratos não permanentes voltaram a aumentar nos anos mais recentes, quer em termos do número de trabalhadores atingidos, quer do seu peso no total dos assalariados. Em 2012 esse número era de 727 milhares, ou seja, 20,5% do total. No 2º trimestre passou para 855 milhares e para 22,6% do total dos trabalhadores por conta de outrem, como se disse atrás.

Segundo as estatísticas do INE, o peso dos contratos não permanentes tem-se situado em torno dos 20% desde o ano 2000, o que é muito elevado. Significa que um em cada cinco trabalhadores não tem um emprego estável. Na década de 90 a relação era de um trabalhador com vínculo precário em cada oito trabalhadores.

Portugal é o terceiro país entre os vinte e oito da União Europeia com um nível de precariedade mais elevado, a seguir à Polónia e à Espanha e substancialmente acima da média daquele espaço. Dados do Eurostat mostram que em 2015 a Polónia tinha 28% dos seus assalariados com contratos não permanentes, seguindo-se a Espanha com 25% e logo a seguir Portugal com 22%, enquanto que a média da UE era de 14%. Esta situação não se tinha alterado face a anos anteriores.

A incidência da precariedade por sexo sofreu alterações nos últimos anos. Ao contrário do que acontecia anteriormente, em 2012, 2014 e 2015 os mais atingidos pela precariedade do emprego foram os homens, quando se considera o total das idades. No 2º trimestre de 2016 foram as mulheres as mais afectadas, estando por confirmar se corresponde a uma inversão dos anos anteriores. Mas nas faixas etárias mais jovens, sobretudo entre os menores de 25 anos, tem-se mantido a discriminação das mulheres, tendo as jovens maior probabilidade de terem vínculos precários dos que os jovens do sexo masculino (68,3% face a 64,5% na faixa dos 15 aos 24 anos e 35,1% face a 33% na faixa dos 25 aos 34 anos).

---

entanto, a limitação de dados por grupo etário não permite o uso destas fontes para caracterizar a precariedade entre os mais jovens.

Os vínculos precários são também mais frequentes entre os trabalhadores a tempo parcial, já que abrangem cerca de 53% do total, sendo de mais de 78% entre os menores de 25 anos e 63% entre os 25 e os 34 anos. Ainda que o trabalho a tempo parcial não tenha grande peso entre os assalariados (é inferior a 10% do total), estes dados são significativos.<sup>10</sup>

Os trabalhadores com vínculos não permanentes auferem salários 30% a 40% mais baixos do que os trabalhadores com vínculo efectivo, de acordo com dados dos Quadros de Pessoal de 2014, e este é um dos motivos para o patronato submeter os trabalhadores a esta exploração, a par da disponibilidade de mão-de-obra facilmente descartável e com menos direitos. Não surpreende por isso que o risco de pobreza seja mais elevado entre os trabalhadores com contratos não permanentes. Segundo o Eurostat, estes trabalhadores têm mais do dobro das probabilidades de caírem na pobreza do que os trabalhadores com vínculos estáveis. Em 2014, cerca de 13% dos trabalhadores em situação de precariedade em Portugal eram pobres face a 5,6% no caso dos trabalhadores permanentes, mesmo após as transferências sociais (prestações e outros apoios sociais).

Estes contratos estão também, pela sua própria natureza, associados a um maior risco de desemprego. Os trabalhadores com vínculos precários são habitualmente os primeiros a perder o emprego quando há destruição de postos de trabalho através de uma simples não renovação de contrato. Em 2015, mais de 285 mil inscrições nos centros de emprego do continente tiveram como motivo a não renovação de contratos a termo, correspondendo a 42% do total das novas inscrições. Em 2016 o desemprego por não renovação de contratos tem estado a crescer, com mais de 165 mil novas inscrições feitas até ao final de Agosto devido à não renovação de contratos<sup>11</sup>.

Outra das consequências da precariedade é a negação do direito à protecção social no desemprego por não cumprimento dos prazos de garantia mínimos para ter direito às prestações. Não há dados que relacionem a atribuição de prestações de desemprego com o tipo de contrato, mas os grupos mais afectados pela precariedade são aqueles em que a cobertura das prestações de desemprego é menor, como se verá mais à frente.

O uso e abuso da contratação a termo, do falso trabalho independente e de outras formas precárias de trabalho é cada vez mais frequente, violando claramente a lei ao não se enquadrarem nas situações aí previstas. No entanto, no caso dos jovens (e dos desempregados de longa duração) é a própria legislação laboral que os discrimina ao prever que possam ser contratados a termo se estiverem à procura do primeiro emprego (ou se procurarem emprego há um ano ou mais),

Os jovens são ainda alvo de outras discriminações em função da idade, havendo muitos anúncios de emprego<sup>12</sup> que se dirigem a faixas etárias específicas, desrespeitando a lei e a Constituição da República. As jovens mulheres são duplamente discriminadas em virtude da maternidade ou da possibilidade de engravidarem, sendo frequentes as entrevistas de emprego em que são colocadas perante questões de natureza privada ou coagidas a não engravidar sob ameaça de não contratação ou progressão na carreira.

Por seu turno, as políticas públicas da área do emprego não só não combatem a precariedade, como ainda concedem incentivos à sua proliferação. Os problemas verificam-se tanto ao nível do ajustamento entre a oferta e a procura de trabalho como nas chamadas medidas activas de emprego, de que são exemplo os

---

10 Dados de 2015. Sobre o trabalho temporário e os centros de contacto/contact centers ver anexo.

11 Dados para o total das idades.

12 Fora do IEFP.



apoios à contratação de jovens e desempregados, os estágios profissionais e os Contratos Emprego-Inserção, não actuando a entidade responsável – o Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP) – de modo adequado.

Assim, a maioria das ofertas de emprego que o IEFP aceita, regista e divulga, bem como a maioria das colocações de desempregados em postos de trabalho têm por detrás vínculos precários, não verificando o Instituto se o tipo de contrato respeita a natureza dos postos de trabalho. Em Agosto de 2016, 90% das ofertas registadas pelo IEFP destinavam-se a contratos de trabalho não permanentes, sendo a percentagem de 99% no caso das ofertas terem origem em empresas de trabalho temporário. Os salários a pagar são, em média, muito baixos: 612 euros para os contratos permanentes e 589 euros para os contratos a prazo.

Relativamente às medidas de emprego, os jovens são sobretudo abrangidos pelos estágios profissionais, mas também pelos apoios à contratação.

No que diz respeito aos estágios, têm-se multiplicado as denúncias sobre a elevada rotatividade de estagiários e a substituição de trabalhadores por esta via, a existência de trabalho gratuito enquanto o estágio não é aprovado pelo IEFP e que depois não é pago, entre outros atropelos à legislação, quando o que se impõe é a integração destes estagiários como trabalhadores com os correspondentes direitos e salários. A substituição de trabalhadores por estagiários não é exclusiva dos estágios do IEFP, verificando-se também nos estágios curriculares e outros. Também nesta área a Autoridade para as Condições de Trabalho não tem intervindo de forma a impedir e sancionar os responsáveis pelas ilegalidades.

Quanto aos apoios à contratação (em dinheiro ou através de redução ou isenção de contribuições para a segurança social) admite-se a contratação a termo sem qualquer ligação com a natureza do posto de trabalho, o que é inaceitável, tanto mais tratando-se de medidas financiadas com apoios públicos. Em 2015 foram concedidos apoios para a criação de 58.160 postos de trabalho, a maioria dos quais com contrato a prazo.

Já os Contratos Emprego-Inserção são usados extensivamente para substituir postos de trabalho sobretudo na Administração Pública mas também em entidades do chamado sector social, colmatando necessidades existentes nos serviços que deveriam ser supridas com recurso a trabalhadores com contratos de trabalho com direitos, sem que o IEFP o impeça. Ainda que os jovens sejam apenas 1/3 dos abrangidos por esta medida, também são afectados pelas ilegalidades cometidas.

Estas e outras medidas da área da educação e formação fazem parte da Garantia Jovem, uma iniciativa financiada por fundos europeus que visa qualificar e contribuir para a integração dos jovens no mercado de trabalho. Não obstante as boas intenções declaradas, o que se verifica é falta de eficácia, uma vez que o grosso da iniciativa são medidas do IEFP que não respondem ao problema da falta de criação de emprego, da precariedade, dos baixos salários, até os agravando, como se viu atrás.

### ***Desemprego e subemprego elevados e baixa protecção social no desemprego***

No período de intervenção da Troica e do governo PSD/CDS o desemprego atingiu níveis nunca antes vistos no nosso país, afectando com especial incidência os jovens. Em 2013, a taxa de desemprego (oficial) dos jovens entre 15 e 24 anos atingiu os 38,1% e 19% entre os 25 e os 34 anos. Nesse ano a taxa de desemprego média do país, ou seja, incluindo todas as idades, foi 16,2%. Em 2011, ano em que o Governo PSD/CDS tomou posse, estas taxas eram, respectivamente, 30,3%, 14,1% e 12,7%.

A partir de 2014, com o fim do programa de agressão e ingerência, o desemprego começou a descer, mas ainda assim mantém-se muito elevado. No 2º trimestre de 2016 a taxa de desemprego era de 26,9% entre os 15 e os 24 anos e de 12,3% no grupo dos 25 aos 34 anos, o que compara com uma taxa de desemprego média de 10,8%. Estas percentagens correspondiam a 95,4 mil jovens desempregados até aos 25 anos e 130,1 mil entre os 25 e os 34 anos (num total de 225,5 mil jovens desempregados entre os 15 e os 34 anos).

Estes números estão claramente abaixo da realidade, uma vez que não incluem os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego (habitualmente designados de “desencorajados”), os subempregados<sup>13</sup>, os inactivos indisponíveis mas que procuram emprego, os que emigraram.

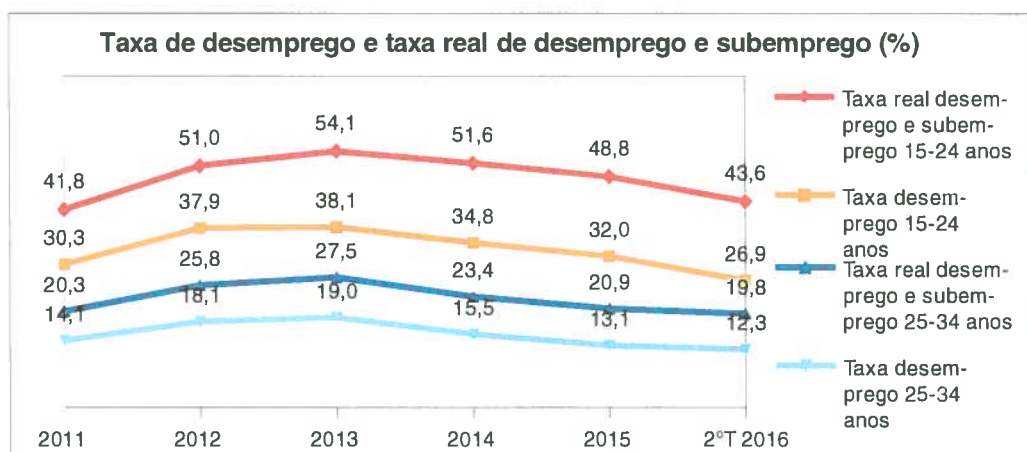
Se se juntarem os 80,4 mil jovens desencorajados, os 79,2 mil jovens subempregados a tempo parcial, os 15,6 mil inactivos jovens que procuram emprego mas não estão disponíveis para trabalhar, conclui-se que o número real de jovens desempregados e subempregados entre os 15 e os 34 anos no 2º trimestre de 2016 era de 401 milhares, o que corresponde a uma taxa real de desemprego e subemprego de 26,5% entre os 15 e os 34 anos (sendo de 43,6% até aos 25 anos e 19,8% entre os 25 e os 34 anos).

O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de desemprego dos jovens das duas faixas etárias bem como da taxa real de desemprego e subemprego estimada pela CGTP-IN.

A taxa de desemprego juvenil é actualmente mais baixa que em 2011 para ambos os subgrupos analisados. No entanto, a falta de perspectivas na obtenção de um emprego neste período levaram ao aumento de sentimentos de desencorajamento também entre os jovens, não tendo ainda diminuído para os níveis de 2011. O número de desencorajados dos 15 aos 34 anos é hoje 28% mais elevado do que nesse ano.

Do mesmo modo, também se verificou um aumento do subemprego entre os jovens trabalhadores a tempo parcial, nomeadamente no subgrupo dos 15 aos 24 anos, com um crescimento de 23% face a 2011, o que estará relacionado com a necessidade de obtenção de mais rendimentos para si ou mesmo para a sua família (descendente e mesmo ascendente).

Em consequência, a taxa real de desemprego e subemprego dos jovens menores de 25 anos era mais elevada no 2º trimestre de 2016 do que em 2011 (43,6% face a 41,8%) e no subgrupo seguinte (25-34 anos) não é muito inferior à observada em 2011.



Fonte: Estatísticas do Emprego, INE. Taxa real de desemprego e subemprego estimada pela CGTP-IN

13 Trabalhadores a tempo parcial que desejam trabalhar mais horas.

Há também vários milhares de jovens desempregados abrangidos por contratos emprego-inserção e estágios em promovidos pelo IEFP que o INE conta como empregados, mas que na realidade estão a ser usados para impedir a criação de emprego estável e com salários dignos e que também cresceram nos últimos para esconder a verdadeira dimensão do desemprego<sup>14</sup>.

Apesar dos trabalhadores mais velhos serem os mais atingidos pelo desemprego de longa duração, entre os jovens esse número também é elevado. Em 2015, ano em que o desemprego de longa duração atingiu os 63,5% para a média das idades, 40% dos jovens desempregados com menos de 25 anos procuravam emprego há 12 meses ou mais. Na faixa dos 25 aos 34 anos a percentagem ultrapassava os 56%.

Por estarem mais expostos à precariedade dos vínculo laborais, os jovens são também os que têm menor protecção no desemprego. Dados de 2015 mostram que a protecção social no desemprego diminuiu face ao ano anterior, não chegando sequer a um terço do número real de desempregados, mas no caso dos jovens a cobertura é ainda menor: menos de 25% entre os 25 e os 34 anos e menos de 5% para os menores de 25 anos.

#### Protecção social no desemprego, 2015

	Desempregados com prestações de desemprego	
	milhares	% do total de desempregados
<b>&lt; 25 anos</b>	8,4	4,7
<b>25-34 anos</b>	45,1	24,7
<b>Total</b>	276,7	29,8

Fonte: Instituto de Informática/MTSSS para as prestações de desemprego; Estatísticas do Emprego/INE para o cálculo do número de desempregados.

**Outubro de 2016**

---

<sup>14</sup> Não foram incluídos na evolução da estimativa da taxa real de desemprego e subemprego por indisponibilidade de dados em 2011 e 2012.

# ANEXO

## O trabalho temporário

Segundo os Quadros de Pessoal, em 2014 havia cerca de 78 mil trabalhadores com vínculo a empresas de trabalho temporário no Continente e na Madeira em 2014<sup>15</sup>, a esmagadora maioria dos quais com contratos precários. Assim, mais de 74 mil trabalhadores tinham contratos não permanentes, o que correspondia a 95% do total dos trabalhadores destas empresas.

A maioria eram contratos a termo para cedência temporária, ou seja para colocação em outras empresas (cerca de 69 mil, ou seja, 88,5% do total), mais de metade dos quais a termo incerto (46,2%) e quase outro tanto a termo certo (42,2%). Os restantes contratos a termo eram de trabalhadores ao serviço das próprias empresas de trabalho temporário (6,6%). Havia ainda 4,9% de trabalhadores com contratos permanentes, 3,6% para cedência temporária a outras empresas e 1,3% dos quadros das empresas de trabalho temporário. Estes números correspondem às empresas que entregam o Relatório Único, ficando de fora todas as que operam à margem da lei.

**Trabalhadores de empresas de trabalho temporário por tipo de contrato,  
Continente e Região Autónoma da Madeira, 2014**

	Número	%
Contrato de trabalho com termo certo	2088	2,7
Contrato de trabalho com termo incerto	3057	3,9
Contrato de trabalho intermitente sem termo	1	0,0
Contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária	2812	3,6
Contrato de trabalho sem termo	980	1,3
Contrato de trabalho temporário com termo certo	32882	42,2
Contrato de trabalho temporário com termo incerto	35990	46,2
Outra situação (caso não se enquadre nos códigos anteriores, por ex., contrato de trabalho de muito curta duração)	17	0,0
<b>Total</b>	<b>77828</b>	<b>100,0</b>
Contratos não permanentes	74034	95,1

Fonte: Quadros de Pessoal/MTSSS

Os trabalhadores das empresas de trabalho temporário são mais jovens do que na maioria das outras actividades. Assim, 57% tinham menos de 35 anos face a 34% no total das actividades.

Havia mais homens a trabalhar nestas empresas (45 mil, correspondendo a 52% do total) do que mulheres (32,6 mil, ou seja, 48% do total) e ao contrário do que acontece relativamente à média dos contratos a termo de todas as actividades, a incidência era ligeiramente superior entre as mulheres (96,4% face a 94,2% entre os homens), ainda que a maioria dos contratados a termo fossem homens. Segundo estes dados, em 2014, as empresas de trabalho temporário dispunham de cerca de 37 mil trabalhadores do sexo masculino e mais 29 mil do sexo feminino com vínculos precários para colocarem noutras empresas, a que somavam mais 2,8 milhares com contratos permanentes mas também para cedência temporária.

---

15 Os dados sobre os Açores não estão no mesmo sistema, apesar das empresas da região também estarem obrigadas ao preenchimento do Relatório Único.

Comparando com o ano de 2007, verifica-se um crescimento da precariedade no sector. Assim, embora o número de trabalhadores com vínculo a esse tipo de empresa tenha diminuído entre 2007 e 2014, o nível de precariedade aumentou de 73% para 95%, como se disse atrás. Mas se compararmos com o ano de 2013, o número de trabalhadores aumentou também em números absolutos, em linha com o aumento do emprego e da precariedade referido anteriormente.

A maioria dos trabalhadores que tinham contratos com empresas de trabalho temporário ocupava postos de trabalho pouco qualificados: 54% eram profissionais semi-qualificados e 9% trabalhadores não qualificados, num total de 63%, bastante acima dos 33% observados no total das actividades. Havia 30% de profissionais qualificados mas nos níveis superiores as percentagens eram muito baixas.

Em consequência, os salários eram baixos. Em 2014 os trabalhadores que estavam a tempo completo nestas empresas auferiam, em média, apenas 644 euros por mês e a sua remuneração/hora era de 3,75 euros, ou seja, menos 30% que a média de todas as actividades. No entanto, a facturação destas empresas tem estado a crescer. Segundo dados da empresa Informa D&B, em 2015 o volume de facturação das 231 empresas do sector foi de mais de mil milhões de euros, tendo aumentado 8% em relação a 2014. Em 2014 já tinha aumentado 13% face ao ano anterior. Em termos de valores, significou um aumento de 194 milhões de euros em apenas dois anos, sem que isso tenha resultado numa melhoria das condições de trabalho ou dos salários.

\*

Dados do IEFP referentes ao ano de 2013<sup>16</sup> confirmam os elementos atrás referidos e complementam a informação, indicando que:

- a maioria dos contratos é inferior a três meses (entre 68% e 74% do total dos contratos<sup>17</sup>);
- a média de contratos por trabalhador se situou entre os 2,2 e os 4,4 contratos de trabalho consoante o semestre considerado;
- é a região Norte que tem maior número de trabalhadores colocados por empresas de trabalho temporário noutras empresas (com mais de 55% do total de trabalhadores cedidos), seguindo-se Lisboa e Vale do Tejo (entre 28% e 33% do total de cedências);
- as actividades que mais usam este tipo de contratos são os serviços (62% a 64%), mais concretamente o alojamento, a restauração, os serviços administrativos e às empresas, o armazenamento e actividades auxiliares dos transportes, os transportes terrestres e por oleodutos e gasodutos, as indústrias alimentares, a fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas, e o comércio a retalho;
- predominam os trabalhadores dos serviços administrativos e dos serviços pessoais e vendedores;
- 60% dos trabalhadores tinha menos de 35 anos, sendo a média etária de 33 anos; que a média dos salários se situava entre os 581 euros e os 586 euros consoante o semestre<sup>18</sup>, sendo mais baixa entre os mais jovens (entre 550 e euros para os menores de 25 anos e 576 a 579 euros entre os 25 e os 34 anos);
- 33% dos trabalhadores auferiam apenas o salário mínimo e mais 41% até 600 euros, num total de 74% abaixo dos 600 euros em 2013.

## **Os centros de contacto**

De acordo com a Associação Portuguesa de Contact Centers, em 2015 havia 29.250 trabalhadores em *contact*

---

16 Análise do sector do trabalho temporário, Relatório anual, 2013, IEFP. O IEFP é a entidade responsável pela concessão dos alvarás às ETT.

17 Valores referentes, respectivamente, ao 1º e ao 2º semestres de 2013.

18 Valor inferior ao encontrado nos Quadros de Pessoal porque estará incluído também o salários dos trabalhadores a tempo parcial.

centers/centros de contacto, 25.944 dos quais operadores (88% do total). Os restantes eram supervisores, administrativos e outros e chefias. O número de operadores aumentou 8.431 em relação a 2014, ou seja, mais 48%.

Estes números referem-se a toda a actividade de centros de contacto e não apenas às empresas que têm como objecto de negócio a prestação de serviços nesta área (que designaremos de "empresas de centros de contacto"), ainda que estas sejam responsáveis por cerca de metade dos postos de trabalho existentes. Incluem, assim, empresas de vários ramos de actividade que têm centros de contacto como actividade de suporte à actividade principal. As empresas de centros de contacto são responsáveis por 48,3% dos postos de trabalho, seguindo-se as telecomunicações (17,2%), a água, gás e electricidade (13,2%), os bancos e outras instituições financeiras (4,7%), a saúde (3,1%) as seguradoras (3%), o comércio (2,8%) e outras como os correios e distribuição expresso, assistência em viagem, etc, (com menos de 1%).

Mais de metade destes centros (56%) situa-se no distrito de Lisboa, estando os outros distritos a larga distância. O Porto tinha apenas 7%, Castelo Branco e Coimbra 5%, Setúbal e Guarda 4%, etc.

A maioria (60%) dos trabalhadores destes centros tinha completado o ensino secundário, 30% o ensino superior e apenas 10% o ensino básico, sendo portanto mais escolarizados que a média da população empregada do país (respectivamente, 25%, 25% e 50% por referência aos mesmos níveis de escolaridade).

Os ritmos de trabalho destes centros são muito acelerados e têm aumentado, como ilustram os seguintes dados:

- a duração média das chamadas foi de 5 minutos em 2015, oscilando entre um mínimo de 2 minutos e um máximo de 7, e diminuiu 2 minutos face ao ano anterior;
- o número de chamadas por hora atendidas por cada trabalhador aumentou de 10 para 11 em 2015, variando entre 3 na indústria e 14 nas empresas de centros de contacto.

Os salários brutos médios eram 750 euros em 2015, tendo aumentado 2,7% face a 2014, mas a facturação deste tipo de empresas tem vindo a aumentar em percentagens superiores (+16,2% em 2014, tendo já aumentado 10,9% em 2013), não sendo expectável que 2015 tenha aumentado menos que em anos anteriores<sup>19</sup>.

\*

Os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social confirmam estes dados e dão também conta do grande nível de precariedade existente entre os trabalhadores. Note-se que dizem apenas respeito às empresas com actividade principal de centros de contacto e não ao universo referido atrás.

Assim, num total de 7.500 trabalhadores em 2014, cerca de 71% tinha contratos não permanentes, percentagem muito superior à observada no total das actividades e mais alta que em 2007 (61%). Apesar das mulheres serem a maioria dos trabalhadores destas empresas (57%), a precariedade era mais elevada entre os homens (74,5% tinham contratos não permanentes face a 67,8% no caso das mulheres).

Cerca de 2/3 dos trabalhadores tinha menos de 35 anos, sendo a média do total das actividades de 34%. Mais de metade (58%) eram profissionais qualificados, havendo mais 13% de trabalhadores classificados como quadros superiores, médios ou altamente qualificados e encarregados, mestres ou chefes de equipa, num total de 71% qualificados ou muito qualificados.

---

19 Os dados da facturação são da empresa Informa D&B.